

Coberturas em Cores: Reflexões acerca do enquadramento racial em reportagens das enchentes no Rio Grande do Sul¹

João Victor dos Remédios Evangelista²

Raissa Lennon Nascimento Sousa³

Universidade Federal do Pará- UFPA

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar as coberturas jornalísticas dos programas da Rede Globo: Fantástico e Profissão Repórter, sobre as enchentes que atingiram o estado do Rio Grande do Sul, adotando uma perspectiva crítica para compreender os enquadramentos relacionados à questão racial nesses veículos de comunicação. O estudo foca nas reportagens veiculadas nas duas primeiras semanas de maio, dos dias 5 a 14. Utilizando conceitos das teorias do jornalismo, como objetividade, subjetividade, noticiabilidade e enquadramento, a pesquisa busca entender de que maneira as reportagens abordam temas complexos como racismo ambiental, raça e classe social. A análise revela a omissão sistemática de questões raciais nas coberturas, evidenciando como a invisibilização de grupos não-brancos compromete a prática jornalística crítica e inclusiva.

Palavras-Chave: racismo ambiental; noticiabilidade; cobertura jornalística.

Introdução

Em janeiro de 2024, as fortes chuvas causaram enormes prejuízos para a Zona Oeste do Rio de Janeiro. Ao comentar sobre o fato, Anielle Franco, ministra da Igualdade Racial, denunciou a tragédia como um caso de “racismo ambiental e climático”, caracterizado pela vulnerabilização das populações das regiões majoritariamente negras e pobres. A fala da Ministra feita em postagem na rede social X, antigo Twitter, rapidamente viralizou e repercutiu pela oposição, suscitou em críticas a Franco e ao Governo Federal. Como resposta a polêmica, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), publicou um texto explicando o termo “Racismo Ambiental”. Criado pelo movimentos negros estadunidenses durante a década de oitenta, o conceito diz respeito às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma desproporcional sobre etnias vulnerabilizadas

¹ Trabalho apresentado na IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – 21ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação, 5 Semestre, do Curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará- UFPA, email: jvictor2018evangelista@gmail

³ Orientadora do trabalho e professora do Curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará -UFPA, email: raissalennon@ufpa.br

(Herculano, 2008). No Brasil, os grupos mais vulneráveis são compostos por pessoas negras, indígenas, pobres, periféricas e de comunidades tradicionais. A grande repercussão e polêmica criada pelo emprego do termo por um membro do alto escalão do Governo Federal, é uma mostra do forte desconhecimento do conceito por parte da sociedade. Entre os comentários gerados pela publicação, houve quem achasse que a Anielle Franco teria inventado o termo ou estivesse chamando a “natureza” de racista.

É neste momento, que se torna essencial pensar o papel do jornalismo no debate sobre “racismo ambiental” e “justiça climática”. O caso de Franco em janeiro ecoou pela imprensa com matérias em veículos como em que o viés das reportagens percorria desde a explicação do significado do termo às críticas ao seu emprego. Pode ser presumido que a criação destas reportagens se deu não pela relevância do tema e sim pela polêmica iniciada pela extrema-direita. Deste modo, “racismo ambiental” só teve evidência na mídia hegemônica como motivação de controvérsia, e não como uma pauta que se sustente por si só. No jornalismo produzido pelas emissoras de televisão com sinal aberto e com grande transmissão, qual é o espaço e de que forma este assunto é tratado? Se Anielle Franco não tivesse feito este comentário, haveria alguma menção ao racismo ambiental e à justiça climática? Esse exemplo mostra como um comentário feito por uma autoridade gerou um debate na mídia que não dialogava sobre o tema em si, e sim buscava explicar o seu significado ou verificar se a aplicação da expressão era correta ou não.

Outro caso de enchentes que também ocorreu em 2024, com repercussão ainda maior do que as ocorridas no Rio de Janeiro foram as enchentes do Rio Grande do Sul. Classificada pelo governo gaúcho como o maior desastre climático da história do Estado, superando a histórica enchente de 1941. Ao todo, 478 municípios gaúchos foram atingidos por inundações, quedas de barreiras e deslizamentos de terra. Considerando a magnitude da situação, não é surpreendente que por algumas semanas a sociedade brasileira esteve empenhada em auxiliar o Rio Grande do Sul. Sendo uma instituição de grande importância, o jornalismo desempenhou um papel fundamental em visibilizar as enchentes e os atingidos por elas, com a maior emissora do país em termos de audiência, a TV Globo, fazendo alterações em sua programação para dar mais enfoque à situação. Esse caráter institucional do jornalismo, segundo Guilherme Guerreiro (2013), faz com que seja permitido enxergar nele um padrão social dotado de estabilidade e que é reproduzido de modo quase automático.

Pensando nesta perspectiva do jornalismo enquanto uma instituição, podem ser observadas determinadas particularidades do fazer jornalístico. E entre esses aspectos próprios, se encontram conceitos como valor-notícia e objetividade, que determinam o que acaba sendo noticiado de acordo com critérios pautados pela relevância. Fabiana Moraes (2019) diz que para o jornalismo, a objetividade é considerada quase como um sacerdócio. É ela que os veículos seguem para conduzir suas reportagens, de forma mais neutra possível. Esta maneira de apurar defende que o jornalismo precisa mostrar ao mundo como ele é, transmutando a realidade de maneira intocável para os meios midiáticos. Esta forma de abordagem se considera isenta e hierarquiza os dados baseados em critérios de relevância. Todavia, Moraes (2019) critica a super utilização da objetividade, considerando ela importante, mas não menos do que a subjetividade.

A objetividade calcada em um modelo de racionalidade binária que dispensa a complexidade cotidiana e silencia milhões. Nela, aprendemos a ver e ler o mundo talhados na lógica da mentira/verdade; ficção/realidade; fato/invenção; emoção/razão. Tem relação com a própria recusa da reflexividade e um anseio, sempre, por respostas simplistas, que se afastam da função de uma mediação qualificada necessária a esta área de conhecimento. (Moraes, p.97)

Moraes defende a criação de um “jornalismo de subjetividades”, onde haveria espaço para uma prática jornalística que privilegia o encontro, o diálogo, o confronto e a reflexividade. Pensando nisso, este artigo tem como objetivo principal observar e identificar quais são os enquadramentos para a questão racial presentes nas coberturas sobre enchentes no Rio Grande do Sul em dois dos veículos jornalísticos da Globo: O Fantástico e o Profissão Repórter. Utilizando conceitos como objetividade, subjetividade, valor-notícia e noticiabilidade, ele observará os recortes narrativos que podem (ou não) demarcar a presença da ideia do racismo ambiental e justiça climática, identificando as fontes priorizadas e a narrativa construída dos enquadramentos e frames.

Metodologia

O primeiro passo da pesquisa foi o processo de delimitação, definindo quais veículos seriam mais apropriados para serem trabalhados. A metodologia adotada para o artigo é a análise da cobertura jornalística proposta por Silva e Maia (2011). As autoras consideram que a diferenciação do trabalho jornalístico faz que seja necessária uma análise própria para entender os acontecimentos tratados em coberturas midiáticas. Segundo elas, o método proposto examina as marcas no produto jornalístico para

compreender o percurso do jornalista e do veículo na apuração das informações.

Além das marcas da dimensão organizacional, também as da dimensão técnico-metodológica são perceptíveis no produto, naqueles aspectos diretamente vinculados às técnicas e às práticas específicas de produção do material informativo. (Silva e Maia, 2011, p.25)

Os Objetos de Estudo

O Fantástico é uma revista eletrônica apresentada no horário nobre da TV Globo, conhecido por reportagens sobre uma grande variedade de temas e assuntos. Sendo um programa de exibição semanal, o Fantástico tem mais tempo de produção e de tela para a criação e pesquisa de suas matérias, permitindo uma maior averiguação dos fatos em comparação com um jornal diário. Esta questão de tempo foi decisiva na escolha da revista como objeto de estudo. Já o Profissão Repórter, que se originou de um quadro do Fantástico exibido na década de 90, revivido em 2006 e emancipado em 2008, é caracterizado pelo forte caráter documental em sua linha editorial, mostrando aos telespectadores os processos na produção de reportagens, da criação de pauta, entrevistas e apuração das fontes.

Apesar da evidente diferença de linha editorial, ficou claro que estes programas gozavam de mais tempo para a pesquisa, apuração e produção, o que diverge de jornais diários, no qual o intervalo entre a elaboração de uma pauta e sua exibição é bem mais curto. A temporalidade também foi considerada em outro aspecto: em relação aos dias que os programas foram exibidos. Os dois foram lançados na mesma semana, sendo as primeiras edições a serem exibidas após o início das enchentes. Apesar da ideia original de serem tratados apenas as duas primeiras de ambos lançados após o início das enchentes, durante a pesquisa, foi adicionada edição do dominical do dia doze de maio, por se localizar entre a edição do dia cinco e o Profissão Repórter do dia quatorze. Com os programas escolhidos, foram elaboradas perguntas orientadoras para a construção deste trabalho. Ao assistir o conteúdo das reportagens apresentadas neles, buscamos respondê-las. As seguintes perguntas foram: “O termo racismo ambiental é citado em alguma vez no Fantástico ou no Profissão Repórter?”; “Quem são os entrevistados. De que raça ou etnia eles fazem parte levando em consideração os critérios de heteroidentificação e autodeclaração, além dos conceitos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que definem a somatória de pretos e pardos como o grupo etnicoracial “negro?”; e “É feita de alguma forma uma hierarquização entre os atingidos, destacando que grupos de pessoas podem ser mais atingidos do que os

outros?”

Com estas questões formuladas, o próximo passo foi assistir às edições escolhidas para a análise do caso, ambas disponibilizadas gratuitamente no Globoplay, plataforma de *streaming* do Grupo Globo.

As Edições

Na edição de eletrônica Fantástico do 5 de maio de 2024, a cobertura sobre a crise das enchentes no Rio Grande do Sul tomou conta de todo o primeiro bloco, com algumas entradas ao vivo de boletins informativos *in locum* durante toda a exibição. As reportagens somadas têm uma duração de vinte e seis minutos das mais de duas horas e meia do programa. A maioria contextualiza a situação na região, entrevistando os atingidos por enchentes e grupos de voluntários. Também é mostrada a coletiva de imprensa onde estavam o presidente Lula, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, além dos presidentes do Legislativo e do Judiciário. Na edição exibida em 12 de maio, o Fantástico estendeu significativamente o tempo de tela nas reportagens sobre a situação climática do Rio Grande do Sul com as apresentadoras se referindo ao programa como uma “edição especial”. O aspecto de crise humanitária foi destacado, ressaltando as operações do poder público para assistirem os atingidos.

Lançado no dia 14 de maio, O Profissão Repórter gravou na capital, Porto Alegre, como também no interior gaúcho. Ao longo de mais de meia hora de programa, somos apresentados a uma série de interlocutores, entre eles: soldados, socorristas, autônomos, voluntários, aposentados, entre outros. Esse grande número de entrevistados, permite contemplar a enorme variedade de realidades presentes do Rio Grande do Sul.

As Perguntas

Após a análise das duas coberturas, iniciou-se o trabalho de padronizar e caracterizar os dados extraídos dela a fim de responder às perguntas orientadoras. Depois desta tarefa, foi estabelecido algumas respostas, escritas logo a seguir.

Em princípio, o trabalho foi definido para verificar a abordagem dada por veículos convencionais para os conceitos de racismo ambiental ou justiça climática. Porém, logo após eu assistir ambas as edições, do Fantástico do dia 5 e 12 de maio e do Profissão Repórter de 14 de maio, foi constatado que em nenhum momento o termo é citado.

Ao refletir em motivos para essa omissão, é impossível não pensar em escolhas editoriais, baseadas em noticiabilidade e objetividade. Enquanto a primeira diz respeito sobre os critérios de relevância de uma pauta que contribui para sua validação enquanto notícia, fazendo assim uma hierarquia que define o que é mais importante para ser reportado. Desta forma, fica a critério das equipes destes programas “peneirar” as informações com maior valor de notícia. Contudo, de acordo com Silva (2005), não cabe apenas aos seletores, escolherem quais acontecimentos serão noticiados e quais serão colocados na “gaveta” de pautas frias. Existe sim uma seleção e hierarquização dentro das redações, mas para ela é necessário considerar outros critérios. Silva diz:

Ora, ao tratar jornalisticamente os fatos na produção material da notícia, a seleção e hierarquização recorrem sim aos valores-notícia. Mas estes agem aqui apenas como uma parte do processo, pois nessas escolhas sequenciadas entrarão outros critérios de noticiabilidade, como formato do produto, qualidade da imagem, linha editorial, custo, público-alvo, etc. (Silva, p.98,2005)

Pensando nestes critérios citados por Silva, é possível imaginar outros fatores que contribuíram para um tema pouco difundido não ter sido mencionado durante as reportagens. Considerando a polêmica criada após a fala de Anielle Franco ao associar os atingidos pelas chuvas do Rio de Janeiro ao racismo ambiental, é de se considerar que as equipes podem ter tomado a decisão de uma cobertura em que a questão étnico-racial não seria tratada, assim evitando a possível de uma criação de uma polêmica que poderia gerar críticas a emissora e aos profissionais. Tudo isso é uma hipótese, mas é fato que o conceito de racismo ambiental não é verbalizado em nenhum momento durante as reportagens do Fantástico e do Profissão Repórter..

Uma base institucional do jornalismo são as fontes. Sem elas, é impossível produzir reportagens. Em especial, quando se refere a TV, as fontes têm todo um papel imagético. Por isso, analisar quais eram as fontes que os programas apresentavam em suas sonoras, para verificar quais pessoas eram entrevistadas e de que raças elas pertenciam. Usando esta metodologia, entramos numa nova seara que é importante de ser ressaltada a fim de solidificar a ética desta pesquisa: a autodeclaração racial e heteroidentificação. A autodeclaração racial é um processo no qual um indivíduo se identifica com determinada raça, etnia ou grupo. Ela é utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, durante os censos demográficos com o objetivo de registrar e identificar a população brasileira. Abordamos esta questão por uma razão: não temos como saber como os interlocutores se declaram racialmente.

A escolha deste método faz sentido, pois de acordo com Oracy Nogueira (2007) o racismo brasileiro se caracteriza por um racismo de marca (fenótipo), diferenciando assim do racismo estadunidense que é por origem. Destacamos isto para justificar que a pesquisa será baseada a partir de uma leitura fenotípica dos entrevistados, já considerando possíveis erros que possam ser cometidos nesta análise. Outro dado levantado foi a do perfil de autodeclaração da população gaúcha. De acordo com o IBGE, o estado do Rio Grande do Sul é o estado brasileiro com o maior número proporcional de pessoas brancas no país, com 78,4% da população gaúcha se autodeclarando como tal. Além disso, 6,5% dos gaúchos se identificam como pretos e 14,7% se identificam como pardos, somando mais de 20% de pessoas negras.

Para o Profissão Repórter, foi identificado o número de 42 sonoras. Tendo em mente a heteroidentificação, apenas 3 eram pessoas negras, todos homens e todos aparecem no contexto de voluntariado. Um deles era um militar, aparecendo logo no início do programa. O segundo é um rapaz mais jovem andando de *jet-ski* em busca pelas ruas que viraram rios e foi o único dos três sonoras cujo nome é mencionado. Por último, um homem de cerca de 40 anos, que é mostrado levando doações para pessoas que não querem sair de suas casas com medo de saques. Ele é o único cuja vida doméstica é rapidamente mostrada, com imagens produzidas dentro de sua residência mostrando como ele foi afetado pelas enchentes e alagamentos. Nenhum destes indivíduos tem um *GC* (gerador de caracteres) mostrando seu nome e profissão. Todos eles estão localizados em Porto Alegre.

Levando em consideração números demográficos, a maior porcentagem de brancos do que outros grupos no estado, não é estranho ao observar o perfil das sonoras. Em relação ao Fantástico, na primeira reportagem da edição de 5 de maio focada mais na situação da civis em relação às enchentes, no qual há um maior número de sonoras, dos doze entrevistados, apenas dois são negros. Na edição especial do dia 12 do Fantástico, foi possível identificar 83 sonoras, sendo que destas 20 eram de pessoas negras ou não-brancas. Somando o número de entrevistados dos três programas, chegamos ao número de cento e trinta e sete sonoras, das quais apenas vinte e cinco são de pessoas negras ou não brancas. Usando um cálculo percentual, o número de pessoas negras entrevistadas corresponde a cerca de 18,25% das sonoras, inferior da soma do número de autodeclarados pretos e pardos. Quando vemos percentuais dos programas isolados, a primeira edição do Fantástico e do Profissão Repórter tiveram

respectivamente 16,67 e 7,34 de sonoras não-brancas. Os números melhoram em relação a segunda edição do mês de maio, quando o percentual de entrevistados não-brancos sobe para 24,10.

Isso fica evidente, quando no dia 15 de maio, um dia após a edição do Profissão Repórter ir ao ar, o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva disse em coletiva: “É impressionante, eu não tinha noção que no Rio Grande do Sul tinha tanta gente negra.” o Presidente fez referência ao dominical, expressando incredulidade com aquilo que foi transmitido. Tomando em conta, a data da declaração pode se presumir que a edição que o presidente estava se referindo fosse a do dia doze, quando houve o maior número de sonoras não-brancas.

A edição do dia 12 se diferencia das demais por se tratar de uma segunda edição com mais tempo de produção de antecessora, que ganhou a alcunha de “edição especial” e com tempo de tela expressivamente maior. Atentando-se a isso, podemos considerar que o elemento tempo afetou na escolha do que seria transmitido para o público em 5 de maio. Antunes (2009) considera a notícia como um sinal temporal utilizado para sua orientação. Conforme ele diz, o tempo serve como um elemento explicativo que ajuda a entender como um grupo de jornalistas, dentro de uma organização específica e em determinado processo de produção, gera um tipo particular de produto, que são as notícias (Antunes, 2009). Ao se deparar de frente a um acontecimento em grande escala como foram as enchentes, os veículos precisam tomar decisões que desafiam a noticiabilidade devido a magnitude do fato. Os enquadramentos precisam ser pensados de forma que melhor sintetize o evento ocorrido. Por isto, são criados frames que operam na construção jornalística, construindo uma moldura noticiosa, pautada por critérios de noticiabilidade e valor-notícia. Os enquadramentos dados pelo Fantástico em 5 de maio, valorizam os aspectos mais objetivos do incidente, com as informações consideradas mais importantes, como por exemplo as medidas imediatas do Governo Federal para o Rio Grande do Sul, são hierarquizadas.

As questões que aparecem no mundo social recebem abordagem ou enquadramento dos meios em relação não só à maneira como afetam a experiência social, mas também como se conformam às exigências do ciclo temporal da notícia. (Antunes, p.95, 2009)

São estas tomadas de decisões na hora de escolher de que forma será enquadrado um fato, que acabam definindo o que irá ao ar, o que é importante de ser dito e destacado, tudo de forma que siga o modelo objetivo, que valorizar a relevância,

neutralidade e a utilidade na criação das notícias. Mas dentro do contexto do evento trabalhado nas coberturas, quais critérios foram tomadas para considerar que a raça não é importante ou relevante para ser noticiado? Mesmo compondo a menor parcela da população gaúcha, as populações não-brancas são mostradas na cobertura, seja ao fundo, seja em breves sonoras, mas nenhum foco é dado ao racismo ambiental. Mesmo assim, negros, indígenas e quilombolas foram atingidos desproporcionalmente pelas enchentes segundo o relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Em um país marcado pelo mito da democracia racial, o racismo ambiental acaba sendo mascarado por desigualdades sociais, o “que justifica a adoção preferencial de ângulos referenciados pela noção de classe ao invés de raça” (Soares e Lima, p.251)

Considerações Finais

Para Sponholz (2008) a objetividade do jornalismo deve ser entendida entre a relação/conexão entre a realidade social e a realidade midiática. Desta maneira, é atribuída ao jornalista a função de decodificador de signos em sentidos. Da mesma forma que nossa realidade é limitada pelo sistema nervoso e capacidade de percepção, sendo necessário escolhermos o que queremos saber. Assim, a percepção é sempre subjetiva e dependente do contexto do observador. Quando alguém relata uma experiência, o faz de maneira seletiva, criando uma representação da realidade.

Em nenhum momento das edições do Profissão Repórter e do Fantástico trabalhadas neste artigo, o conceito de racismo ambiental foi sequer mencionado. Isto mostra um cenário no qual existe uma clara omissão de uma abordagem sobre o tema. As pessoas negras e não-brancas estão nas matérias, não apenas como as sonoras, mas como a composição das imagens ao fundo. Além disso, nenhuma menção é feita sobre a questão indígena ou quilombola, mesmo esses dois grupos terem populações consideráveis no Rio Grande do Sul.

Ao que parece, a escolha da linha editorial, para além de seguir os critérios da noticiabilidade, levando em conta valor-notícia e objetividade, tem um caráter quase que ideológico que desconsidera que pontuar raça seja importante. A análise desta cobertura acaba por ser um ensino sobre como a ocultação de nuances é prejudicial para a prática jornalística. E a partir dela, iniciar o processo de ser produzir um jornalismo, como defendido por Moraes (2019), no qual é valorizada “a prática que reúna boa apuração e enquadramentos que busquem falar para além de estereótipos e

desnaturalizar questões entranhadas”.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Elton. **Enquadramento: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p.85-99, dez. 2009.

Censo 2022: município com maior proporção de brancos do Brasil, Morrinhos do Sul (RS) foi criado por colonização alemã em território de indígenas Xokleng. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/12/22/censo-2022-cor-ou-raca-rio>>

GUERREIRO, Guilherme. **O discurso de legitimação do jornalismo: a instituição inscrita nos editoriais**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

HERCULANO, S. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental**. [s.l.] InterfacEHS, 2008.

HERCULANO, s.; PACHECO, t. **Racismo ambiental, o que é isso É?** Em: RACISMO AMBIENTAL – I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental.

LANTES, J. P. **Impactos das enchentes no Rio Grande do Sul: Observações e recomendações para a garantia dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais**.

MORAES, F. **A Pauta é uma arma de combate**: Subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. [s.l.] Arquipélago Editorial, 2022.

NOGUEIRA, O. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil**. 2007.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. **Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico**. RuMoRes, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 18–36, 2011.

SILVA, G. Para pensar critérios de noticiabilidade. Estudos em Jornalismo e Mídia, p. 95–107, 2005.

SOARES, R. M. F., D. B. L. **Breves notas sobre o racismo ambiental brasileiro**. Em: Revista Diálogos Possíveis.

SPONHOLZ, Liriam. **Objetividade em jornalismo: uma perspectiva da teoria do conhecimento**. Revista FAMECOS, [S. l.], v. 10, n. 21, p. 110–120, 2008. DOI: 10.15448/1980-3729.2003.21.3219.